



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

OFÍCIO. CMVA Nº. 072/2025

Várzea Alegre - CE, 06 de Fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor:

Flávio Salviano Lima Filho

Prefeito Municipal de Várzea Alegre

Vimos pelo presente, comunicar a Vossa Excelência, que em Sessão realizada no dia 05 de fevereiro do corrente ano, esta Câmara aprovou por unanimidade, em 2ª discussão os **Projetos de Lei** abaixo relacionados:

Projetos de Lei de Nº. 004, de 20 de janeiro de 2025, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que altera a Lei Municipal nº 1.428, publicada em 11 de março de 2024.

Projetos de Lei de Nº. 005, de 20 de janeiro de 2025, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que altera a Lei Municipal nº 1.306, de 29 de agosto de 2022 e dá outras providências.

Atenciosamente,


MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
VEREADORA/PRESIDENTE

GABINETE DO PREFEITO
RECEBIDO DATA 06/02/25
ASS: 

OFÍCIO Nº 029/2025-GAB

Várzea Alegre, CE, 21 de janeiro de 2025.

A Sua Excelência, Senhora
MENESIA SIMIÃO LEONARDO
Presidente da Câmara Municipal
Várzea Alegre - CE.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 005, de 20 de janeiro de 2025.

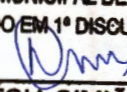
Senhora Presidente,

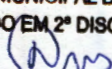
Com o presente, encaminhamos à essa egrégia Câmara, para que V. Exa. possa colocar em apreciação, o **Projeto de Lei nº 005, de 20 de janeiro de 2025**, que altera a Lei Municipal nº 1.306, de 29 de agosto de 2022 e dá outras providências.

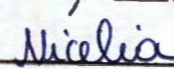
Atenciosamente,



FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 29/01/25

MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 05/02/2025

MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE
RECEBIDO EM: 21/01/2025

FUNCIONÁRIO 09:33

PROJETO DE LEI Nº 005, DE 20 DE JANEIRO DE 2025

Altera a Lei Municipal nº 1.306, de 29 de agosto de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE/CE, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo e de acordo com os artigos 50 e 69, III, ambos da Lei Orgânica do Município (LOM), coloca em apreciação o referido Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 9º da Lei Municipal nº 1.306, de 29 de agosto de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O prazo de duração de cada bolsa de monitoria será estabelecido por meio de edital específico lançado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Programa poderá ser renovado por meio de novos editais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 1º de janeiro de 2025.

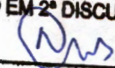
Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Alegre - Ceará
em 20 de janeiro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO: 29/01/25


MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE


FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO: 05/02/25


MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE

MENSAGEM DE LEI Nº 005, DE 20 DE JANEIRO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Várzea Alegre,
Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as),

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei em apreço, que dispõe sobre alteração da Lei Municipal de nº 1.306, de 29 de agosto de 2022 e dá outras providências.

Inicialmente, cabe ressaltar que a educação é direito de todos e dever do Poder Público e da família. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito (ou seja, à educação básica, que inclui o ensino fundamental) é direito público subjetivo e seu não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, conforme dispõe a Constituição Federal, em seus artigos 205 e 208, §§ 1º e 2º.

Nessa conjuntura, cumpre salientar que a Lei Municipal de nº 1.306, de 29 de agosto de 2022, instituiu o programa de monitoria de transporte escolar no Município de Várzea Alegre – CE, como medida de garantir a presença de um monitor maior de 18 anos de idade para atuar no acompanhamento de estudantes durante o itinerário realizado pelos ônibus escolares, de modo a contribuir para a manutenção de um ambiente de cooperação coletiva, observando comportamentos, ausências, reportando situações à gestão escolar, além de acompanhar o os alunos em risco de abandono escolar sob supervisão da coordenação pedagógica.

Ocorre que o art. 9º da referida Lei, estabeleceu um prazo de duração máxima de 28 (vinte e oito) meses para o Programa. No entanto, em razão da grande relevância do Programa, é necessário que a sua validade possa ser estendida, sendo permitida a continuação do programa, garantindo o desenvolvimento de atividades de acompanhamento e orientação aos educandos durante a entrada, saída e permanência no veículo escolar, zelando pela segurança destes, no trajeto casa/escola e vice-versa.

Nesta senda, o presente Projeto de Lei visa apenas permitir a continuidade do Programa de monitoria de transporte escolar, estabelecendo que a validade de duração de cada bolsa seja estabelecida em editais lançados pela Secretaria Municipal de Educação, de modo que após a conclusão do prazo, possam ser lançadas novas bolsas por meio de novo edital.

Assim, tendo em vista a finalidade a que o Projeto de Lei se destinará, entendemos está plenamente justificada a propositura dele, razão pela qual creditamos as Vossas Excelências a apreciação e a aprovação da matéria.

Atenciosamente,

FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal

Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, 153 – Centro – CEP: 63.540-000 – Várzea Alegre/CE

“Várzea Alegre Terra do Amor Fraterno”

CNPJ: 07.539.273/0001-58

LEI Nº 1.306, DE 29 DE AGOSTO DE 2022.

Institui o programa de monitoria de transporte escolar no município de Várzea Alegre-CE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo e de acordo com o art. 50 e art. 69, III, da Lei Orgânica do Município (LOM), faz saber que a Câmara Municipal de Várzea Alegre aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Bolsas para Monitores em Busca Ativa e Transporte Escolar, para atuação na Secretaria Municipal de Educação do Município de Várzea Alegre/Estado do Ceará, com a finalidade precípua de combater a evasão escolar e promover o contato dos monitores com experiências de liderança e construção coletiva do conhecimento, impulsionando consequentemente o desenvolvimento técnico, ético e de responsabilidade social, com vistas à formação cidadã.

Art. 2º. Para fins desta Lei, entende-se por Monitores em Busca Ativa e Transporte Escolar aqueles que desenvolvem atividades de acompanhamento e orientação aos educandos durante a entrada, saída e permanência no veículo escolar, zelando pela segurança destes, no trajeto casa/escola e vice-versa, atuando, ainda, para a construção de uma rede de apoio, entre pares, por meio do desenvolvimento de ações de monitoramento e de responsabilidade de convivência, além de potencializar o ambiente escolar como espaço de proteção extensivo ao transporte escolar.

§1º. O Monitor em Busca Ativa e Transporte Escolar atuará no acompanhamento de estudantes durante o itinerário realizado pelos ônibus escolares, de modo a contribuir para a manutenção de um ambiente de cooperação coletiva, observando comportamentos, ausências, reportando situações à gestão escolar, além de acompanhar o os alunos em risco de abandono escolar sob supervisão da coordenação pedagógica, sendo necessário dispor de 4 (quatro) ou 08 (oito) horas diárias para o desempenho dessas atividades.

§2º Os bolsistas farão jus a certificado de participação no Programa de Monitoria, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, após o tempo mínimo de um ano letivo de atuação.

Art. 3º. O Monitor em Busca Ativa e Transporte Escolar receberá mensalmente uma bolsa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para cada período de 4 (quatro) horas diárias ou de R\$ 1.200,00 reais para cada período de 8 (oito) horas diárias.

Art. 4º. Os bolsistas deverão ser distribuídos por toda a Rede Pública Municipal de Ensino, abrangendo a zona urbana e rural.

Art. 5º. Serão disponibilizadas até 40 (quarenta) bolsas para participação no Programa de que trata esta Lei.

Art. 6º. Os critérios de seleção e acompanhamento dos bolsistas serão de atribuição da Secretaria Municipal de Educação, através de Edital, devendo ser observados os seguintes requisitos:

- I – Experiência na atuação com crianças;
- II – Ser estudante ou apresentar certidão de conclusão do ensino médio;
- III – Residência na localidade da rota escolar oferecida;
- IV – Submissão a entrevista, que será regulamentada em Decreto do Chefe do Poder Executivo;
- V – Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos.

Art. 7º. O valor da bolsa de monitoria não caracteriza vínculo empregatício ou de natureza efetiva entre os bolsistas e o Município de Várzea Alegre/CE.

Art. 8º. O Monitor em Busca Ativa e Transporte Escolar cumprirá o tempo de trabalho com atividades de acompanhamento aos educandos nas rotas em que estiver atuando durante os turnos da manhã e/ou tarde.

Parágrafo único. Durante o período de férias escolares da Rede Municipal de Ensino, os monitores não receberão os valores das bolsas.

Art. 9º. O Programa de que trata esta Lei terá duração máxima de 28 (vinte oito) meses.

Art. 10º. Os efeitos financeiros decorrentes desta Lei correrão por conta de verbas próprias constantes no Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, caso necessário.

~

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo ser regulamentada por meio de Decreto Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Alegre - Ceará
em 29 de agosto de 2022.


JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PUBLICADO

no Diário Oficial dos Municípios do
Estado do Ceará (APRECE),
nº 3030, de 30/08/22,
pág(s) 58, nos termos da Lei
Municipal nº 1.076, de 27 de fevereiro
de 2019.

